



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1011524-40.2014.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**  
 Requerente: **ANA CAROLINA CARRERA GONÇALVES MOTZ**  
 Requerido: **RMC TRANSPORTES COLETIVOS LTDA - ATHENAS PAULISTA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O .**

Trata-se de ação que tem origem em acidente de trânsito.

A autora alegou que dirigia um automóvel por via pública local e que parou em um cruzamento, obedecendo à sinalização ali existente; alegou ainda que no sentido contrário trafegava um ônibus da ré, mas como este não tinha a seta acionada acreditou que seguiria em frente (a via em que estava possui duplo sentido de direção); retomou então sua marcha, mas foi surpreendida com a conversão à esquerda do coletivo, de sorte que houve o embate entre os veículos.

Em contraposição, a ré esclareceu que o motorista do ônibus tomou todas as cautelas que lhe seriam exigíveis, bem como que o colisão derivou da culpa da autora que não respeitou a sinalização de parada obrigatória que havia para ela.

As duas únicas testemunhas inquiridas na instrução foram o motorista e o cobrador do ônibus envolvido no acidente.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Cláudio Catarino Lourenço, o motorista, confirmou que na oportunidade realizou manobra de conversão à esquerda para ingressar na via por onde a autora atravessou, ressaltando que antes disso acionou a sinalização de seta indicativa do que faria.

Disse também que quando realizava a conversão aconteceu a colisão e que havia placa PARE para a autora.

Fez menção a problema verificado posteriormente na seta do coletivo, mas que ele não a deixaria apagada em hipótese alguma.

Já Fernando Floriano de Souza, o cobrador, não forneceu subsídios relevantes à definição da causa.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção diversa, conduz à rejeição da pretensão deduzida.

Com efeito, tocava à autora demonstrar os fatos constitutivos de seu direito, na esteira do art. 333, inc. I, do Código de Processo Civil, mas ela não se desincumbiu minimamente desse ônus.

A única testemunha que indicou foi precisamente o motorista do ônibus, o qual atribuiu a ela a culpa pelo que aconteceu.

É importante notar que a autora tinha condições para amealhar outros elementos que respaldassem sua explicação, até porque deixou consignado na exordial que pessoas testemunharam o acidente e a socorreram (fl. 01, último parágrafo), mas não o fez.

Em consequência, à míngua de dados concretos que atestassem a responsabilidade da ré pelo fato noticiado, não vinga o pleito vestibular.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 12 de junho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**